



Valores para um Futuro Sustentável.



# FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA ÁFRICA: GREEN BONDS E O IMPACTO NO ODS 13



# 1. Introdução

O financiamento climático para África, através de Green Bonds (títulos de dívida destinados ao financiamento de projectos verdes), é crucial para a implementação dos compromissos de acção climática e para a transição para um futuro neutro de carbono. Os Green Bonds ajudam a mobilizar recursos financeiros para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, por intermédio da redução das emissões de gases de efeito estufa e para a promoção de energias renováveis. Esses instrumentos financeiros são especialmente importantes para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13, que visam promover a resiliência climática e a transição para um uso sustentável dos recursos naturais.

A medida de protecção ambiental exige que sejam adoptadas estratégias de financiamento de projectos de controlo do aumento da temperatura. O African Development Bank (AfDB) projecta que serão necessários entre 1,3 e 1,6 bilhões de dólares americanos no período de 2020-2030 para implementar os compromissos de acção climática do continente e as contribuições nacionalmente determinadas (CND). Além disso, uma vez contabilizadas as quotas de emissões históricas e futuras, o financiamento climático total destinado a África estima-se em 4,76 a 4,84 bilhões de dólares americanos entre 2022 e 2050, representando fluxos anuais de 163,4 a 173 mil milhões de dólares americanos, de acordo com dados divulgados pelo AfDB.

Apesar de contribuir com menos de 4% das emissões globais de gases com efeito de estufa, o continente é desproporcionadamente afectado pelas alterações climáticas, tornando o financiamento climático essencial para a resiliência e para o desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>.

África recebe apenas cerca de 3% do investimento global para o clima para cumprir as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) ao abrigo do Acordo de Paris. As principais fontes de financiamento incluem:

- Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) – Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial e o Fundo Verde para o Clima;
- Parcerias bilaterais – UE, EUA, China e Reino Unido;
- Investimentos do sector privado – Obrigações verdes, investimentos de impacto e parcerias público-privadas (PPP);
- Mercados de carbono – O papel crescente de África no comércio de carbono apresenta novas oportunidades.

África está a posicionar-se como um actor-chave nos mercados globais de carbono, tirando partido das suas vastas florestas, turfeiras<sup>2</sup> e potencial de energias renováveis. Referencia-se que projectos como a Iniciativa Africana para os Mercados de Carbono (ACMI) têm como objectivo aumentar a produção de créditos de carbono para 300 milhões de créditos por ano até 2030, o que poderá desbloquear 6 mil milhões de dólares em receitas.

<sup>1</sup>Fonte: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2025/02/25/mundo/africa/africa-desbloquear-o-financiamento-climatico-o-caminho-para-o-crescimento-verde-e-para-a-resiliencia/>

## 2 Desafios do Financiamento Climático em África

As alterações climáticas continuam a ser um dos maiores desafios para a recuperação e o desenvolvimento sustentável pós-COVID-19 em África. A estratégia para controlar as alterações exige o aumento do financiamento climático a partir tanto de fontes internas como externas.

No entanto, os compromissos de financiamento climático passados e presentes ficam aquém das expectativas e das necessidades de financiamento. Na 15.<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP15) em Copenhaga, na Dinamarca, em 2009, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de canalizar 100 mil milhões de dólares por ano para os países em desenvolvimento para fins de adaptação e mitigação das alterações climáticas, sendo que, confirmaram este compromisso no Acordo de Paris, durante a COP21, em 2015. Apesar do impacto evidente das alterações climáticas em África, esta meta nunca foi atingida.

Os países africanos representam cerca de 3% das reduções de emissões certificadas emitidas globalmente, além disso, o Continente foi responsável por menos de 10% de todos os projectos no âmbito das reduções de emissões nos países em desenvolvimento em 2010-21.

<sup>2</sup>Ecosistemas húmidos constituídos por uma mistura de matéria orgânica vegetal parcialmente decomposta e por minerais, que se formam em zonas de acumulação de água, sendo, por isso, locais de grande diversidade biológica, especialmente de plantas. Fonte: <https://greensavers.sapo.pt/turfeiras-um-ecossistema-em-risco-que-e-essencial-para-combater-as-alteracoes-climaticas/>



Aflutuação dos preços do carbono, principalmente decorrente das licenças de emissão excedentárias e da sobreposição de políticas climáticas e energéticas, criou incerteza e vulnerabilidade financeira adicional para investimentos de adaptação e mitigação dos impactos climáticos em África.

A quota de África no financiamento climático global mobilizado e disponibilizado pelos países desenvolvidos aumentou apenas 3 pontos percentuais em média em 2010–19, de 23% (48 mil milhões de dólares) em 2010–15 para 26% (73 mil milhões de dólares) em 2016–19. Deste modo, o Continente apenas beneficiou de 18,3 mil milhões de dólares anuais em 2016–19, muito atrás da Ásia, por exemplo (27,3 mil milhões de dólares). Assumindo que África continua a receber anualmente o mesmo montante de financiamento ao desenvolvimento relacionado com o clima até 2030, o défice de financiamento resultante variaria entre 99,9 e 127,2 mil milhões de dólares por ano em 2020–30, apresentando uma média de 108 mil milhões de dólares, o que limita a capacidade dos países para construir resiliência climática<sup>3</sup>.

Embora o sector da energia represente 26% do financiamento climático anual de África, os recursos são limitados face às necessidades de investimento do Continente no sector energético. Em 2010–19, foram atribuídos cerca de 15,5 mil milhões de dólares de entradas de fundos para o clima em África – 26% do total – ao ensino, formação e investigação no domínio da energia, conservação de energia, eficiência energética do lado da procura, política energética, gestão administrativa e desenvolvimento de centrais hidroelétricas. No entanto, estes recursos ficam muito aquém das necessidades de investimento do sector. Por exemplo, no âmbito da iniciativa “Novo Acordo para a Energia em África”, o Banco estima que é necessário um investimento anual de 32–40 mil milhões de dólares ao longo da cadeia de valor – geração, interligação, transmissão e distribuição, minirredes e acesso fora da rede – para alcançar o acesso universal à eletricidade até 2030, com um défice de financiamento energético em torno de 16,5 a 24,5 mil milhões de dólares, a ser coberto por intermédio de fontes de financiamento nacionais e internacionais. As grandes economias do continente – Egito, Nigéria e África do Sul – representam cerca de um terço do défice de financiamento. O que reflecte o facto da escala de transição destes países ser maior e mais complexa, o que exige uma mudança sistémica.

<sup>3</sup>Fonte: <https://www.afdb.org/sites/default/files/aeo-chap3-portuguese.pdf>

O financiamento climático insuficiente significa que a maioria dos países africanos não atingirá os seus objectivos condicionais em termos de Contribuições Nacionalmente Determinadas. A implementação da maioria das CND condicionais depende do acesso a recursos financeiros, transferência de tecnologia, cooperação técnica, e o desenvolvimento de capacidades. As metas condicionais representam cerca de 85% das necessidades totais de financiamento e as metas incondicionais, o remanescente. Em África, dos 41 países com dados sobre as CND, 32 países associam condicionalidades de financiamento a compromissos de adaptação e mitigação e 37 países atribuem-nas a compromissos de mitigação. Os custos associados à componente condicional variam significativamente de país para país, entre 35 mil milhões de dólares na Zâmbia e 59 milhões de dólares em São Tomé e Príncipe. Em termos concretos, a menos que os países desenvolvidos aumentem o seu financiamento climático para os países em desenvolvimento, África poderá não cumprir os seus compromissos climáticos.



### 3. Mercado de Carbono

Os crescentes desafios climáticos e a necessidade urgente de desenvolvimento sustentável, contribuiu para que a União Africana (UA) reconhecesse o papel vital dos mercados de carbono para facilitar a transição para uma economia de baixo carbono. O Plano de Acção da União Africana sobre os Mercados de Carbono (AAPCM), aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo africanos em Fevereiro de 2025, é uma iniciativa histórica que visa aproveitar o potencial dos mercados de carbono para melhorar a protecção ambiental, estimular o crescimento económico e promover a equidade social em todo o continente<sup>4</sup>.

O AAPCM, desenvolvido em consulta com os estados-membros, comunidades económicas regionais, o sector privado, a academia, as instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, comunidades indígenas, mulheres e jovens, representantes das comunidades locais e outros intervenientes não estatais prevê contribuir para a implementação da Agenda 2063 de África e da Estratégia e Plano de Acção da União Africana para as Mudanças Climáticas e o Desenvolvimento Resiliente (2022-2032).

<sup>4</sup>Fonte:file:///C:/Users/ujd1264/OneDrive%20-%20Banco%20Millennium%20Atlantico/Documents/Relat%C3%B3rio%20de%20sustentabilidade/2026/1%20trim%2026/45328-doc-AU\_African\_Carbon\_Markets\_Action\_Plan\_PT\_03\_09\_25.pdf



Os mercados de carbono são sistemas de comércio onde os créditos de carbono são comprados e vendidos. Um crédito de carbono representa uma tonelada métrica de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) ou de equivalente de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>e) que foi removido da atmosfera ou cuja emissão foi evitada. Os créditos de carbono podem ser obtidos mediante: a) Redução de carbono, que consiste numa acção que diminui a quantidade de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), em comparação com as práticas habituais, como a eficiência energética; b) Remoção de carbono, pela qual o dióxido de carbono é removido da atmosfera e armazenado, por exemplo, por via de soluções baseadas na natureza, como o reflorestamento, ou por soluções tecnológicas, como a captura e armazenamento directo de carbono; e c) Prevenção de carbono, que corresponde a uma acção que impede a ocorrência de uma actividade emissora de carbono, por exemplo, evitando o desflorestamento. Actualmente, as actividades de prevenção de carbono estão em processo de avaliação, sendo que o comércio está a ser efectuado através de acções de redução e remoção de carbono.

Existem dois tipos de mercados de carbono nos quais a África poderia investir:

- a) Mercado de Carbono Regulamentado: é um sistema utilizado por governos e empresas obrigados por lei a prestar contas das suas emissões de GEE. Regulado por regimes obrigatórios de redução de carbono a nível nacional, regional ou internacional.
- b) Mercado Voluntário de Carbono (VCM): é um sistema em que pessoas ou organizações podem comprar e vender créditos de carbono, que permite gerar incentivos económicos para alavancar a concretização de projectos de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE)<sup>5</sup>.

Os créditos de carbono são um dos mecanismos potencialmente eficazes nas estratégias de acção climática, que podem permitir aos países africanos não só reduzir as suas emissões de GEE, mas também aceder a novas tecnologias e financiamento, bem como alavancar investimentos do sector privado<sup>6</sup>.



## 4. Green Bonds



O enquadramento da acção climática em torno da neutralidade carbónica criou um interesse renovado no financiamento verde. Os intervenientes reuniram-se em torno do objectivo global da neutralidade carbónica para chegar ao Acordo de Paris. Na COP26, em Glasgow, no Reino Unido, no final de 2021, mais de 450 instituições financeiras representativas de 130 bilhões de dólares em activos comprometeram-se a realizar investimentos de base científica e orientados para o clima para alcançar metas de neutralidade carbónica. Por essa altura, cerca de 1500 fundos de pensões, universidades e outras organizações em todo o mundo, que representam mais de 39 bilhões de dólares em activos, comprometeram-se publicamente a desinvestir nos combustíveis fósseis.

Além disso, 35 países comprometeram-se a fornecer aos investidores informações fiáveis sobre os riscos climáticos para orientar os investimentos verdes. É provável que esta dinâmica global no sentido do financiamento verde continue a aumentar. A apetência mundial para o financiamento verde é crescente, como demonstraram os 623 bilhões de dólares em obrigações verdes emitidos em todo o mundo em 2021, apesar da maioria ter ocorrido em países desenvolvidos. Em 2021, África representou apenas 0,26% da emissão global de obrigações verdes, a percentagem mais baixa de todas as regiões a nível global. E, com exceção dos empréstimos verdes, em que o Continente representou cerca de 1,9% da emissão global em valor em 2021, África representou menos de 1% da emissão global de obrigações de sustentabilidade e de obrigações e empréstimos indexados à sustentabilidade. A título de destaque referencia-se que a África do Sul foi responsável por 73,8% de todas as obrigações cumulativas emitidas em África em 2010-21, em que o reduzido número de emitentes de financiamento verde é dominado pelo sector empresarial.

As receitas provenientes destas emissões são destinadas principalmente ao desenvolvimento energético, embora as recentes afetações tenham também contemplado a construção, os transportes, a água e a gestão de resíduos. As obrigações verdes apresentam benefícios em termos de custos de financiamento, ao contrário dos empréstimos e dos investimentos de capital. Em primeiro lugar, as obrigações permitem a dispersão da propriedade da dívida pelos investidores, o que se traduz em riscos repartidos e em prémios de risco e custos de financiamento mais baixos. Em segundo lugar, o mercado secundário de obrigações promove a liquidez e oferece aos financiadores estratégias de saída a curto prazo e períodos de reembolso mais curtos. Em terceiro lugar, o financiamento de obrigações permite o diferimento<sup>7</sup> dos reembolsos de capital, o que permite aos projectos gerar retornos e a cobertura dos custos de capital durante o período de reembolso. Trata-se de uma vantagem quando estão envolvidas tecnologias de energia limpa de capital intensivo, uma vez que é provável que os primeiros anos do ciclo de vida dos projectos gerem fluxos de caixa negativos.

<sup>5</sup>Fonte: <https://mvcarbono.pt/>

<sup>6</sup>Fonte: [https://au.int/sites/default/files/documents/45328-doc-AU\\_African\\_Carbon\\_Markets\\_Action\\_Plan\\_PT\\_03\\_09\\_25.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/45328-doc-AU_African_Carbon_Markets_Action_Plan_PT_03_09_25.pdf)

# ODS 13: Acção contra a mudança global do clima

O financiamento climático para a África é essencial para a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e para a materialização do ODS 13, que visa promover a sustentabilidade e a resiliência das populações face às mudanças climáticas. No caso de África, destacam-se os desafios com a vulnerabilidade climática e a necessidade de investir em energia limpas e renováveis.

A necessidade de controlo dos impactos da mudança climática contribui para a necessidade de existência de uma multiplicidade de iniciativas e instrumentos de financiamento climático para África em que as principais incluem a Iniciativa Florestal da África Central, o Programa de Apoio a Pequenos Agricultores para Adaptação às Alterações Climáticas. A nível regional e nacional, as fontes de financiamento relacionadas com o clima incluem o Fundo Nacional do Benim para o Ambiente e o Clima, o Fundo para o Clima do Mali, o Fundo Verde do Ruanda e o Fundo Verde da África do Sul. As iniciativas continentais incluem o Programa de Aceleração da Adaptação de África.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Centro Global sobre Adaptação uniram esforços para fazer face às alterações climáticas nas economias através de uma abordagem vantajosa em três vertentes. Um dos objectivos é mobilizar 25 mil milhões de dólares até 2025 para intensificar as acções inovadoras e transformadoras em matéria de adaptação às alterações climáticas. Outro objectivo é garantir que a Aliança Financeira Africana contra as Alterações Climáticas, lançada pelo BAD em 2018, catalise o capital privado para o desenvolvimento hipocarbónico<sup>8</sup> e resiliente às alterações climáticas em todo o continente. Esta aliança recorre às principais instituições financeiras da região para promover a partilha de conhecimentos, instrumentos financeiros de mitigação dos riscos climáticos, a divulgação dos riscos climáticos e fluxos de financiamento climático. O terceiro objectivo principal corresponde ao Mecanismo de Benefícios da Adaptação de África que mobiliza financiamentos públicos e privados para a adaptação às alterações climáticas, por intermédio da redução do risco, incentivos ao investimento, facilidade de pagamentos para a concretização e certificação de benefícios da adaptação, com o objectivo de garantir a credibilidade das atividades de adaptação e aumentar a atractividade para potenciais investidores<sup>9</sup>.

<sup>7</sup>Negociar. Adiar o prazo de pagamento.

<sup>8</sup>Baixa emissão de carbono.

<sup>9</sup>Fonte: <https://www.afdb.org/sites/default/files/aeo-chap3-portuguese.pdf>

# O Financiamento Climático para Angola: ENAC 2022-2035

A transição climática é hoje um dos pilares estruturantes do desenvolvimento económico global, e em Angola esse movimento ganha forma através da Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC) 2022-2035, aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 216/22. A ENAC estabelece uma visão ambiciosa: adaptar o País aos impactos climáticos e promover um modelo de desenvolvimento de baixo carbono, contribuindo para o cumprimento do ODS 13 – Ação Climática e do Acordo de Paris.

No contexto angolano, o financiamento climático torna-se um instrumento crítico. O País compromete-se a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 35% até 2030 (meta incondicional), podendo alcançar 50% com financiamento internacional adicional, conforme estabelecido na ENAC. Para isso, são necessários mecanismos financeiros robustos, capazes de mobilizar capital em escala. Entre estes, os Green Bonds surgem como o instrumento mais promissor — tanto pela sua capacidade de atrair financiamento externo como pela sua adequação às prioridades climáticas nacionais.

Os Green Bonds, sendo títulos de dívida destinados ao financiamento de projectos verdes, representam uma solução estratégica para acelerar a implementação da ENAC, dada a necessidade de recursos para energia renovável, agricultura resiliente, mobilidade sustentável, gestão de resíduos e proteção de ecossistemas. A ENAC reconhece expressamente a necessidade de alavancar financiamento internacional através de mecanismos como o Green Climate Fund (GCF), Least Developed Countries Fund (LDCF), SCCC, Adaptation Fund (AF) e Global Environment Facility (GEF), complementado pelo Fundo Angolano para as Alterações Climáticas (FAAC).

O que torna os Green Bonds especialmente relevantes é o seu enquadramento numa agenda de financiamento global que privilegia projectos que são os pilares da ENAC 2022-2035 como os:

- **De mitigação, como energias renováveis, eficiência energética ou redução de emissões fugitivas;**
- **De adaptação, como gestão de bacias hidrográficas, protecção costeira, sistemas de alerta precoce e resiliência agrícola;**

Para que o financiamento climático se torne uma realidade transformadora, o sector bancário nacional tem um papel centra na mobilização de capital verde, especialmente através de Green Bonds. Assim Angola poderá acelerar a sua transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, cumprir as metas do ODS 13 e materializar a visão da ENAC 2022-2035 de forma sustentável, competitiva e alinhada com as melhores práticas internacionais.

PT. Este documento foi criado com informações de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. O conteúdo deste documento não representa recomendação para investir, alienar ou manter investimento em qualquer acção descrita ou qualquer outra e não pode ser considerada uma oferta, convite ou solicitação para comprar ou vender activos acima mencionados. Este documento não deve ser usado para avaliar os activos descritos e o ATLANTICO não pode ser responsabilizado por qualquer perda directa ou potencial resultante da utilização deste conteúdo. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do ATLANTICO nos mercados referidos. A reprodução, total ou parcial, desta publicação é permitida, desde que a fonte esteja claramente identificada.

EN. This document was created with information from sources considered to be reliable, but its accuracy may not be completely guaranteed. The content of this document does not represent a recommendation to invest, divest or hold investment in any stock herewith described or any other stock, and it may not be considered an offer, invitation or solicitation to purchase or sell the above-mentioned stock. This document should not be used to evaluate the stocks herewith described and ATLANTICO cannot be held responsible for any loss, direct or potential, resulting from its use or contents. ATLANTICO, or its employees, may hold positions in any stock mentioned in this publication. The reproduction, total or partial, of this publication is allowed, as long as the source is clearly identified.

## BANCO MILLENNIUM ATLANTICO

Cidade Financeira Via S8 Talatona Edifício 7/8 Luanda.

Tel: (+244) 226 432 400

E-mail: [dtm.research@atlantico.ao](mailto:dtm.research@atlantico.ao)

[www.atlantico.ao](http://www.atlantico.ao)

Banco Millennium Atlântico | Todos os direitos reservados | 2026

ΦMPACTO

Valores para um Futuro Sustentável.